



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
PSICÓLOGO – Área: EDUCAÇÃO

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra **passo** significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Del Prette e Del Prette (2011) afirmam que “habilidades sociais são aprendidas e as demandas para o seu desempenho variam em função do estágio de desenvolvimento do indivíduo”. Pesquisas empíricas realizadas na última década no campo da Psicologia Escolar têm encontrado uma forte relação entre habilidades sociais possuídas pelos alunos e o desempenho acadêmico que estes apresentam. Considerando esta relação, leia e avalie as assertivas abaixo.
- I Habilidades sociais são desenvolvidas no contexto familiar, de modo que a escola deve investir no componente acadêmico e a família, no social.
 - II Crianças com dificuldades de aprendizagem tendem a ter um repertório menos elaborado de comportamentos interpessoais apropriados.
 - III A relação entre habilidades sociais e desempenho acadêmico implica a suficiência do trabalho docente restrito a componentes acadêmicos, os quais serão então generalizados para as relações interpessoais.
 - IV Alunos com distúrbios de aprendizagem possuem mais dificuldades nas relações interpessoais do que seus colegas sem essas dificuldades.
 - V Investir no desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas é mais eficaz do que focar apenas o aspecto acadêmico.

Estão corretas

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.



22 De acordo com o Manual de Psicologia Escolar e Educacional, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia em 2007, “a partir de uma atuação em equipe multidisciplinar, o psicólogo escolar é um mediador e ao mesmo tempo um interventor que oferece informações e alternativas para as diversas áreas e situações que envolvem o dia a dia das escolas”. Considerando estas diversas áreas de atuação do psicólogo escolar, leia e avalie as assertivas abaixo.

- I Apoio à elaboração do Projeto Político Pedagógico.
- II Promoção de treinamentos especializados direcionados ao corpo docente.
- III Coordenação de programas voltados à saúde do trabalhador.
- IV Participação em atividades que fortaleçam o elo família-escola.
- V Atendimento clínico a agentes educacionais em situação de estresse.

São corretas

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

23 Patrícia é aluna universitária, tem 22 anos e busca o setor de psicologia em função de dificuldades de aprendizagem. Segundo Patrícia, não importa o quanto se dedique, ela percebe que não consegue apreender grande parte do conteúdo ministrado em sala. Tendo em vista as discussões vigentes sobre produção do fracasso escolar, assinale a alternativa que indica atitudes adequadas a serem adotadas pelo profissional que atende Patrícia.

- (A) Avaliação psicopedagógica, por meio de instrumentos padronizados, observações em sala de aula e entrevistas com a aluna sobre práticas de estudo.
- (B) Avaliação psicopedagógica, abrangendo seu desenvolvimento cognitivo e sócio-emocional e elementos institucionais, como as práticas docentes.
- (C) Avaliação clínica, utilizando as ferramentas apropriadas para construção de um diagnóstico adequado.
- (D) Encaminhamento a profissionais externos qualificados para a realização de uma avaliação e um acompanhamento apropriado do caso por este profissional.
- (E) Encaminhamento à coordenação da faculdade, para o desenvolvimento de atividades complementares de reforço da aprendizagem.

24 O acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior é crescente, como resultado de políticas de inclusão voltadas à educação básica e da criação de uma vaga extra por curso destinada a estes alunos no processo seletivo. Contudo, a Política Nacional de Educação Especial prevê não apenas o acesso, mas a permanência e participação dos alunos no ensino superior. Considere as afirmações que permitam o alcance dessas metas.

- I Programas de capacitação docente, de caráter multidisciplinar, devem ser estruturados para que barreiras metodológicas sejam superadas, viabilizando a efetiva participação em sala.
- II A permanência e a participação dos alunos dependem de fatores motivacionais intrínsecos, de modo que o alcance da meta depende do engajamento pessoal destes alunos.
- III O psicólogo escolar deve atuar junto à administração institucional para colaborar com o desenvolvimento de políticas de assistência e suporte.
- IV Avaliação e acompanhamento individualizado de alunos com deficiência podem constituir uma estratégia importante para a identificação de demandas específicas e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, pessoais e/ou institucionais.
- V A adaptação curricular deve ser efetivada de modo a possibilitar que alunos com deficiência realizem avaliações simplificadas concernentes a conteúdos pertinentes a eles, diminuindo a reprovação e, conseqüentemente, a evasão.

São corretas as afirmações

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.



- 25 Em 2010, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com a Universidade de São Paulo, realizou uma pesquisa que, entre outros dados, mapeou o perfil universitário brasileiro, conforme a figura abaixo.

Tabela 1.5. Distribuição dos universitários por faixa etária.

Faixas etárias	Alunos pesquisados	%
até 18 anos	229	1,8
de 18 a 24 anos	7372	58,0
de 25 a 34 anos	3203	25,2
35 anos ou mais	1780	14,0
Total	12.711	100,0

Fonte: Brasil (2010). I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras. Brasília: SENAD.

Com base em conhecimentos derivados da Psicologia do Desenvolvimento, assinale a alternativa que melhor descreve a atuação direcionada a esta população.

- (A) Como a maioria se encontra ainda na adolescência, precisa de orientação no processo de construção de suas identidades.
- (B) Considerados majoritariamente adultos jovens, tendem a ter concepções rígidas sobre valores e crenças, sendo pouco afetados por ações institucionais.
- (C) A maioria dos universitários se encontra em transição para a fase adulta, de modo que as crises da adolescência foram superadas e agora é necessária uma atuação focada no mercado de trabalho.
- (D) Em sua maioria adultos, requerem atividades voltadas especificamente à aprendizagem, já que o potencial cognitivo tende a se estagnar nessa fase da vida.
- (E) Majoritariamente jovens adultos, precisam lidar com as mudanças características desta fase, especialmente referentes à tomada de decisão e ao aumento das responsabilidades.
- 26 A Psicologia Escolar abrange uma série de conhecimentos de outras áreas de atuação da Psicologia com vasta produção acadêmica, como a Psicologia Clínica e a Psicologia do Desenvolvimento. Contudo, tem-se discutido sobre a relevância da realização de pesquisas direcionadas especificamente a problemáticas da Psicologia Escolar. Para que se fortaleça essa produção, faz-se necessário que
- (A) seja construído um novo corpo teórico independente que abarque fenômenos que são observados unicamente no universo escolar.
- (B) profissionais que atuam na área desenvolvam pesquisas comprometidas com a realidade e a proposição de novos caminhos.
- (C) a academia desenvolva maior interesse por temáticas educacionais, com pesquisas relacionadas ao desenvolvimento humano.
- (D) psicólogos clínicos busquem adaptar suas práticas para o contexto escolar, possibilitando uma atuação terapêutica eficaz nesse espaço.
- (E) seja criada uma associação nacional, voltada para a reflexão crítica da práxis do psicólogo escolar.
- 27 Apesar de um número expressivo de docentes do ensino superior possuir titulação de doutorado, em sua maioria não há formação de caráter pedagógico ou psicológico. Desta forma, torna-se fundamental o preenchimento desta lacuna durante o exercício profissional deste servidor. Assinale a alternativa que descreve corretamente as contribuições do profissional de Psicologia Escolar ante esta situação.
- (A) Capacitar, individualmente e em grupo, o corpo docente quanto a aspectos didático-pedagógicos da condução das disciplinas.
- (B) Propiciar espaço para acompanhamento clínico das demandas emocionais do corpo docente, amparando e intervindo frente a questões que afetem a atuação profissional.
- (C) Colaborar com ações de capacitação do corpo docente, a partir de conhecimentos psicológicos pertinentes ao contexto escolar.
- (D) Construir planos de carreira que favoreçam a formação continuada do corpo docente de modo a suprirem esta carência de conteúdos pedagógicos em cursos externos.
- (E) Avaliar o desempenho escolar de alunos, indicando ao corpo docente os conteúdos que requerem maior atenção em sala de aula.



- 28 Formas emergentes de atuação da Psicologia Escolar têm enfatizado a visão crítica e contextual da instituição, diminuindo o componente clínico desta atuação. A partir desta perspectiva, identifique a alternativa que reúne atuações pertinentes ao Psicólogo Escolar.
- (A) Avaliação psicológica e encaminhamento de alunos; orientação profissional; colaboração na construção do projeto político pedagógico.
 - (B) Estruturação de classes por nível de desempenho; orientação profissional; coordenação de processos de seleção de pessoal.
 - (C) Coordenação de processos de seleção de pessoal; administração do regime disciplinar; colaboração na construção do projeto político pedagógico.
 - (D) Avaliação psicológica e encaminhamento de alunos; orientação profissional; administração do regime disciplinar.
 - (E) Estruturação de classes por nível de desempenho; coordenação de processos de seleção de pessoal; administração do regime disciplinar.
- 29 O Conselho Federal de Psicologia aprovou, por meio da Resolução N° 007/2003, o “Manual de elaboração de documentos decorrentes de avaliações psicológicas”. Tendo por base as diretrizes oficiais, relacione os tipos de documentos com as suas respectivas aplicações.
- | | | | |
|-----|-----------------------------|---|---|
| I | Declaração | A | Documento descritivo de condições psicológicas e suas determinações, fundamentado em avaliação subsidiada por instrumental técnico. |
| II | Atestado psicológico | B | Certifica uma determinada situação ou estado psicológico, mediante solicitação. |
| III | Relatório/laudo psicológico | C | Documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo. |
| IV | Parecer psicológico | D | Visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico. |

A alternativa que apresenta o conjunto de relações correto é

- (A) I-A; II-D; III-C; IV-B.
- (B) I-B; II-D; III-A; IV-C.
- (C) I-C; II-A; III-B; IV-D.
- (D) I-D; II-B; III-A; IV-C.
- (E) I-D; II-C; III-B; IV-A.

- 30 De acordo com Souza (2003), políticas públicas podem ser definidas como o processo “através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”. Contudo, muitas vezes tais mudanças demoram a se materializar no cotidiano dos cidadãos.

Assinale a alternativa que caracteriza a atuação do psicólogo no que tange as políticas públicas nacionais.

- (A) Desenvolve leis e normativas que direcionam a aplicação de recursos e o investimento em programas educacionais, favorecendo o desenvolvimento biopsicossocial do educando e dos demais membros da comunidade escolar.
- (B) Contribui com a elaboração e/ou implementação de políticas públicas educacionais adequadas ao ambiente escolar e que colaborem para construção de um espaço de diálogo democrático e com a promoção do desenvolvimento educacional.
- (C) Define o público alvo de benefícios sociais disponibilizados pelo governo, garantindo o adequado direcionamento dos mesmos a discentes em situação de risco e favorecendo o combate à evasão.
- (D) Assume cargos da administração superior de modo a tornar-se apto ao desenvolvimento de projetos e implementação de medidas voltados à real transformação do cenário educacional nacional.
- (E) Auxilia a divulgação das políticas públicas existentes, a partir de estratégias de marketing direcionadas ao público alvo, atentando para a premissa de acessibilidade universal à informação.



- 31 A aplicação de ações afirmativas no acesso ao ensino superior tem sido alvo de polêmicas e dados aparentemente contraditórios. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais de Ensino Superior, a evasão de alunos cotistas é um problema grave a ser superado, tendo alcançado o índice de 21% em 2009. Por outro lado, dados do INEP do mesmo ano indicam que estes alunos teriam um engajamento superior em atividades extra-curriculares, indicando uma participação ativa na vida acadêmica. Considerando as informações aqui apresentadas, é correto afirmar:
- (A) De um modo geral, alunos cotistas têm demonstrado condições para o aproveitamento adequado da vida acadêmica do ensino superior, contudo requerem o desenvolvimento e/ou implementação de políticas que viabilizem sua permanência.
 - (B) Muitos alunos cotistas não possuem o desenvolvimento cognitivo adequado para concluir com sucesso o nível superior, o que leva à evasão de parte deste contingente e à necessidade de um intenso esforço por parte dos que conseguem permanecer.
 - (C) Os dados apresentados indicam que ainda não é possível avaliar criticamente como se desenvolve a experiência acadêmica de alunos cotistas, de modo que é necessário mais tempo até que seja possível a tomada de qualquer atitude ante esta questão.
 - (D) Ações afirmativas como a política de cotas têm se demonstrado ineficazes por proporcionarem o acesso ao ensino superior por indivíduos sem condições para acompanhar as atividades desenvolvidas pelos demais.
 - (E) A política de cotas demonstra uma superioridade acadêmica dos alunos cotistas de tal forma que prescinde de uma atuação ante a realidade destes alunos, os quais demonstram plenas condições de concluir o ensino superior sem qualquer interferência.
- 32 Historicamente, o processo de avaliação psicopedagógica tem origem em medidas de inteligência, como as propostas por Binet e Simon no início do século XX. Atualmente, esse processo sofreu muitas alterações decorrentes de uma postura mais crítica e reflexiva sobre a configuração do processo de aprendizagem. Assinale a alternativa que descreve o modelo de avaliação psicopedagógica defendido atualmente.
- (A) A avaliação psicopedagógica deve ser desenvolvida fora do contexto escolar, em espaço clínico, de modo a possibilitar a utilização de instrumentos adequados para o diagnóstico do aluno.
 - (B) O uso de ferramentas compatíveis com o conteúdo ministrado em sala de aula, como provas e exercícios, permite uma avaliação mais precisa e direcionada às demandas escolares do aluno em questão.
 - (C) Avaliação do aluno na perspectiva psicopedagógica é danoso para o seu desenvolvimento social, pois implica o processo de estigmatização e favorece a medicalização, devendo assim ser combatida pelo profissional da atualidade.
 - (D) A avaliação psicopedagógica deve ser processual, utilizando diferentes métodos e instrumentos e envolvendo outros profissionais, de modo a permitir uma compreensão abrangente do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do aluno e a possibilitar a identificação das potencialidades do mesmo.
 - (E) Na atualidade, a avaliação psicopedagógica prescinde do atendimento individualizado do aluno ao ser direcionada às práticas docentes, de modo a possibilitar a análise da realidade da sala de aula e a proposição de intervenções no âmbito institucional.
- 33 O Conselho Federal de Psicologia define que o Psicólogo Escolar e Educacional deve atuar “no âmbito da educação formal realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente”. O compatível com o caráter preventivo proposto pela definição aqui apresentada é
- (A) organizar atividades construtivas, direcionadas à comunidade estudantil, que favoreçam a apreensão por parte dos alunos dos valores definidos pela escola e evitem a ocorrência de situações consideradas inadequadas ao ambiente escolar.
 - (B) desenvolver atividades diversas, como oficinas e atendimentos individuais, que favoreçam a reflexão e a construção do pensamento crítico derivados de situações-problema ocorridas na instituição, como gravidez precoce e uso de drogas.
 - (C) atuar visando à promoção da saúde mental e da aprendizagem, a partir de intervenções direcionadas ao desenvolvimento emocional e cognitivo, bem como à construção de um espaço social crítico, democrático e participativo.
 - (D) contribuir com o desenvolvimento e a implementação de políticas institucionais disciplinares, com o objetivo de inibir condutas disruptivas ao desenvolvimento das práticas educativas.
 - (E) favorecer o desenvolvimento global dos discentes e da equipe técnica, utilizando ferramentas psicológicas de diagnóstico e intervenção, de modo a trabalhar clinicamente as demandas individuais dos envolvidos.



- 34 Ao analisar dados oficiais da instituição, o psicólogo se depara com indicativos relevantes de processos sociais abrangentes que podem ser decisivos para a qualidade do ensino, como índices de evasão e de desempenho. Considere as afirmações abaixo, que elencam possíveis formas de atuação ante tais dados institucionais.
- I Índices de desempenho insuficiente recorrentes em uma turma devem ser utilizados como indicativo da necessidade de substituição e/ou penalização do docente diretamente implicado no processo.
 - II Dados indicativos de um desempenho inferior ao esperado devem ser utilizados pelo psicólogo para a reflexão crítica junto à equipe pedagógica, incluindo a gestão e o corpo docente.
 - III A análise de informações relacionadas à qualidade de ensino pode contribuir com a construção de um olhar crítico sobre a realidade institucional e, conseqüentemente, com a identificação de demandas urgentes.
 - IV Dados oficiais são elementos importantes para que o psicólogo amplie sua compreensão acerca do funcionamento institucional, de modo que devem ser acompanhados criteriosamente mesmo que não influam na sua práxis.
 - V Processos sociais mais abrangentes que influem diretamente na qualidade de ensino não podem ser compreendidos plenamente a partir de dados quantitativos, devendo ser complementados com outras estratégias de análise.

As afirmações corretas são

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

- 35 A multidisciplinaridade pode ser considerada uma característica inerente à atuação do psicólogo escolar, sendo especialmente relevante para a elaboração e concretização de programas complexos. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta atitudes relevantes para a atuação em equipes multidisciplinares.

- (A) Liderança democrática; corporativismo; motivação.
- (B) Empreendedorismo; assertividade; persuasão.
- (C) Motivação; persuasão; cooperação.
- (D) Persuasão; assertividade; corporativismo.
- (E) Liderança democrática; assertividade; cooperação.

- 36 O ensino superior, conforme previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), deve ser fundamentado sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão. Erroneamente, muitas vezes esse fundamento tem sido interpretado como restrito à atuação docente. Leia atentamente as afirmações abaixo, sobre a inserção do psicólogo enquanto técnico-administrativo neste contexto.

- I O perfil do servidor técnico-administrativo permite que sua inserção em projetos de pesquisa produza conhecimentos relevantes acerca da sua própria atuação profissional.
- II A atuação do técnico-administrativo pode ser caracterizada, em si mesma, como extensionista, de modo que é neste âmbito da tríade que ele pode desempenhar sua contribuição.
- III O desenvolvimento de atividades direcionadas à comunidade interna e/ou externa pode assumir caráter extensionista e de ensino, contribuindo com a integração dos membros da comunidade escolar e com a promoção de saúde mental.
- IV O exercício profissional cotidiano pode ser desempenhado em paralelo e de forma independente de outras atividades relativas à tríade, já que a prática cotidiana não permite o controle de variáveis requerido para o desenvolvimento de pesquisas.
- V A relevância do engajamento do psicólogo, enquanto técnico-administrativo, em atividades da tríade se materializa na integração de sua prática cotidiana ao contexto institucional mais amplo, favorecendo a reflexão crítica.

Estão corretas

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.



37 A aprendizagem pode ser compreendida como um processo relacional, que precisa ser contextualizado historicamente. As tabelas a seguir apresentam os dados do último Relatório Nacional SAEB, publicado em 2003, referente ao desempenho dos alunos concluintes do ensino médio em conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática.

Estágio (*)	2001	2003	Estágio (*)	2001	2003
Muito Crítico	4,9	3,9	Muito Crítico	4,8	6,5
Crítico	37,2	34,7	Crítico	62,6	62,3
Intermediário	52,5	55,2	Intermediário	26,6	24,3
Adequado	5,3	6,2	Adequado	6,0	6,9
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Tabela 1 - Percentual de estudantes nos estágios de construção de competências Língua Portuguesa.

Fonte: Relatório Nacional SAEB 2003 (Brasil, 2003, p.50).

Tabela 2 - Percentual de estudantes nos estágios de construção de competências Matemática.

Considerando o cenário educacional nacional e os conhecimentos produzidos no campo da Psicologia da Aprendizagem, é correto afirmar que

- (A) os alunos que adentram o ensino superior sem condições de adequada compreensão textual ou matemática não terão condições de aprender conhecimentos complexos e abstratos como aqueles demandados neste contexto educacional.
- (B) o desempenho no ensino médio não afeta aquele a ser experienciado no ensino superior, considerando a diferente natureza das habilidades demandadas nos dois níveis de ensino.
- (C) a fase do desenvolvimento em que universitários se encontram torna ineficaz a proposição de estratégias de desenvolvimento de habilidades acadêmicas que já seriam esperadas nestes alunos ao iniciarem a graduação.
- (D) o desempenho geral da maioria dos alunos ao final do ensino médio é compatível com o esperado, o que favorece o desenvolvimento destes indivíduos na vida acadêmica posterior.
- (E) há a necessidade de adoção de estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento gradual destas habilidades que se encontram deficitárias, de modo a contribuir com a compreensão dos conteúdos complexos inerentes à graduação.

38 Leonardo é aluno do curso de engenharia mecânica e foi encaminhado ao setor de psicologia para obtenção de documento a ser utilizado em solicitação de afastamento de atividades de disciplina em andamento. Durante o processo de avaliação, o psicólogo identifica que o aluno foi vítima de abuso na infância, é usuário de substâncias ilícitas e apresenta quadro psicológico que demanda seu afastamento temporário de atividades acadêmicas. O documento a ser fornecido pelo psicólogo deverá conter

- (A) descrição detalhada dos procedimentos utilizados na avaliação, o histórico completo do solicitante e uma prescrição de tratamentos a serem adotados.
- (B) apresentação da situação ou das condições psicológicas que justifiquem o afastamento das atividades, sem inserir demais informações obtidas no processo.
- (C) fundamentação teórico-científica que subsidie seu posicionamento acerca do afastamento do aluno, respeitando as normas de referências a trabalhos científicos.
- (D) análise geral do caso, com orientações direcionadas à faculdade quanto a como proceder ante as demandas do aluno, em especial referentes à drogadicção.
- (E) registro da realização do atendimento, constando a data e o horário, e da identificação do profissional responsável, sem incluir qualquer informação referente ao caso em si.

- 39 Ao falar da inclusão de alunos com deficiência, muitas vezes o foco é limitado à acessibilidade física dos espaços educacionais. Contudo, há muitos outros aspectos que devem ser contemplados na perspectiva da inclusão. A Associação Desportiva para Deficientes (ADD) realizou uma campanha, criada pela agência Age, utilizando fotos do jornalista e fotógrafo profissional cego Teco Barbero, que ilustra bem esta questão:



Com base nesta questão e a partir da reflexão suscitada pela imagem, assinale a alternativa que descreve competências do psicólogo para favorecer a construção de um espaço efetivamente inclusivo.

- (A) Desenvolver políticas de incentivo ao engajamento esportivo de alunos com deficiência.
 - (B) Identificar elementos estruturais das construções que necessitam de adaptações, como rampas e corrimões.
 - (C) Desenvolver ações que favoreçam o senso de autoeficácia de alunos com deficiência e combatam o preconceito, informando acerca de demandas e potencialidades.
 - (D) Facilitar a construção de grupos de atividades restritos a alunos com deficiência, fazendo com que estes se sintam parte do universo institucional.
 - (E) Reconhecer que são pessoas com potencial elevado, autonomia e independência, de modo que não demandam quaisquer modificações no funcionamento institucional.
- 40 Uma demanda crescente no Ensino Superior se refere à identificação no seu alunado de déficits de padrões de autonomia, responsabilidade e comprometimento, necessários para a aquisição da independência do sujeito. Assinale a alternativa que exemplifica uma forma de atuação a ser implementada pelo psicólogo escolar, direcionada à população com as características aqui apresentadas.
- (A) Ampliar o envolvimento familiar, considerando os pais como responsáveis pelas atitudes do aluno.
 - (B) Favorecer o amadurecimento, por meio de ações que propiciem o autoconhecimento, o desenvolvimento de habilidades sociais e o estabelecimento de metas, entre outros.
 - (C) Combater a infantilização do adulto, a partir da construção de situações sociais que demandem o pronto amadurecimento emocional e cognitivo.
 - (D) Orientar o corpo docente a respeitar essa fase do desenvolvimento, evitando o uso de abstrações que sejam incompatíveis com o processamento cognitivo característico da adolescência.
 - (E) Considerar que, ao adentrar o ensino superior, o indivíduo já completou o seu processo de desenvolvimento físico e mental, podendo ser considerado completo.

- 4.1 A Universidade visa a formar não só mão-de-obra qualificada, mas também cidadãos críticos que contribuam com a transformação da realidade social. Existem muitas formas de o psicólogo contribuir com este processo, sendo uma delas a partir de temas transversais à formação acadêmica. Analise as estratégias descritas.
- Combater as múltiplas formas de preconceito, a partir da promoção da reflexão, da empatia e do acesso à informação.
 - Favorecer o pensamento crítico e socialmente contextualizado, por meio de ações que integrem a comunidade interna e externa na problematização de questões relevantes da atualidade.
 - Estimular o engajamento em atividades acadêmicas que favoreçam o acesso a programas de pós-graduação de qualidade.
 - Construir um espaço aberto ao diálogo, em que o aluno possa ser escutado e orientado quanto a variados aspectos de sua experiência na universidade.
 - Desenvolver grupos de oração que possibilitem o engajamento religioso e, conseqüentemente, o desenvolvimento de atitudes de caridade e empatia favoráveis à promoção da igualdade social.

Estão corretas as estratégias

- I, II e IV.
- II, III e V.
- I, III e IV.
- II, IV e V.
- I, II e III.

- 4.2 O crescimento da violência escolar tem sido fonte de preocupação de agentes educacionais em geral. Pesquisas apontam forte relação entre violência escolar e a violência que ocorre fora da escola, de modo que muitas iniciativas têm sido propostas para que a escola possa lidar com estas questões. A charge de Cícero Lopes, apresentada abaixo, ilustra uma das facetas desse cenário.

CRIANÇAS ARMADAS NAS ESCOLAS



Fonte: <http://www.cicero.art.br/novoSite/portifolio-2/charge/>

Identifique, entre as alternativas, aquela que apresenta a estratégia a ser adotada pela escola a fim de lidar com a violência.

- Delimitação clara dos limites da escola, a partir de práticas como policiamento, alarmes e sinalizações específicas que favoreçam a segurança.
- Desenvolvimento de programas que favoreçam a interação dos alunos com outras comunidades, reduzindo o acesso a contextos sociais identificados como violentos.
- Restrição da contratação funcional a indivíduos de outras comunidades, de modo a limitar a influência deletéria que o contexto circundante possa exercer.
- Envolvimento da comunidade em ações escolares, de modo a valorizar a integração e propiciar o reconhecimento do papel social da escola.
- Construção de uma política rigorosa de tolerância zero ante comportamentos violentos dos alunos, favorecendo o aprendizado de padrões distintos daqueles vivenciados externamente.

- 4.3 A relação família-escola tem sido debatida extensivamente ao longo do tempo. Mais presente na educação infantil, a família tende a se afastar cada vez mais com o avançar nos níveis educacionais. Contudo, estudos indicam que os universitários se sentem pressionados pela família, especialmente no que se refere às expectativas quanto à formação e ao tempo limitado de convívio social. Tendo em vista esse processo, como pode se configurar o trabalho do psicólogo escolar no ensino superior junto à família do corpo discente?
- (A) Repasse de informações de caráter acadêmico do discente aos seus responsáveis, possibilitando o acompanhamento do progresso de aluno e viabilizando uma maior participação parental no processo formativo.
 - (B) Constituição de grupos de terapia direcionados a pais de universitários, quando identificado que o discente está inserido em uma dinâmica familiar prejudicial para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e emocional.
 - (C) Planejamento de atividades lúdicas entre pais e filhos, privilegiando a constituição de um espaço para o convívio social muitas vezes negligenciado em função do acúmulo de tarefas e responsabilidades.
 - (D) Desenvolvimento de ações e/ou serviços direcionados ao atendimento de demandas familiares, como acolhimento, palestras e orientações individualizadas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida e da saúde mental da comunidade escolar.
 - (E) Estímulo ao rompimento do vínculo familiar que se constitua como fonte de estresse, favorecendo a dedicação e o foco na missão institucional de formação profissional de qualidade.
- 4.4 No processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, depara-se com uma série de desafios. Um deles refere-se à existência de práticas docentes já consolidadas, mas inacessíveis a alguns alunos. A charge abaixo ilustra bem essa situação.



Fonte: <http://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/cartuns.html>

Há múltiplas estratégias que podem ser utilizadas no enfrentamento deste desafio. Identifique-as entre as afirmações abaixo.

- I Realização de capacitações docentes acerca de estratégias pedagógicas adequadas a favorecer o acesso à educação de qualidade.
- II Organização da lotação de professores, evitando que alunos com deficiência sejam inseridos em classes sob a responsabilidade de profissionais que demonstraram maior resistência no passado.
- III Promoção de ações de caráter informativo visando à superação de estereótipos e preconceitos que prejudicam a efetiva inclusão no espaço escolar.
- IV Adaptação da estrutura das salas de aula e demais ambientes institucionais, de modo a construir um espaço acessível que respeite a diversidade.
- V Conscientização da comunidade escolar como um todo acerca dos direitos do aluno com deficiência, favorecendo a construção de uma cultura inclusiva que permeie as ações institucionais.

São estratégias corretas as apresentadas em:

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.



- 45 Oliveira (2010) afirma que as políticas públicas não podem ser compreendidas apenas pelo que é concretizado, já que a omissão do poder público também caracteriza a política adotada e gera impactos profundos na vida dos cidadãos. Tendo em perspectiva esta concepção abrangente, pode-se dizer que, ao lidar com as políticas públicas educacionais, é papel do psicólogo
- (A) implementar medidas que possam contribuir com a qualidade de vida do educando, mesmo que tais medidas sejam contrárias ao que é previsto na política nacional ou institucional.
 - (B) realizar campanhas direcionadas a angariar recursos que possam suprir carências decorrentes do descaso e da negligência governamental.
 - (C) focar nas políticas em vigor, contribuindo para que estas sejam desenvolvidas adequadamente enquanto se espera a construção de novas políticas.
 - (D) conhecer e difundir as políticas públicas educacionais, independentemente de sua efetivação considerando que tal efetivação foge do escopo da atuação do psicólogo.
 - (E) diagnosticar lacunas existentes nas políticas vigentes e provocar discussões com os órgãos competentes, internos e externos, para a proposição de estratégias eficazes de melhoria.
- 46 Em 1990, Patto publicou *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, obra que se tornou um marco na problematização do fracasso escolar. Conceber o fracasso escolar como um produto traz consigo uma forma diferenciada de compreender e de intervir neste fenômeno. Considere as afirmações abaixo, acerca do fracasso escolar.
- I Alunos oriundos de classes socioeconômicas menos favorecidas tendem a ter desempenho acadêmico inferior e ter problemas comportamentais, de modo que o fracasso escolar tende a ser um problema de escolas que atendem a esse público.
 - II Professores com pouca qualificação e desvalorizados são muitas vezes negligenciados no planejamento pedagógico e acabam por contribuir com a produção do fracasso escolar a partir da adoção de metodologias ineficazes e, por vezes, reprodutoras de estigmas sociais.
 - III A família exerce um importante papel no enfrentamento do fracasso escolar, enquanto fonte de modelos sociais, incentivadora de comprometimento escolar e colaboradora no processo de ensino-aprendizagem.
 - IV Quando em condições iguais de aprendizagem, há alguns alunos que não alcançam os objetivos propostos pela escola. Pode-se atribuir o fracasso a déficits relacionados às aptidões individuais, as quais devem ser avaliadas para identificação de condições limitantes da aprendizagem destes alunos.
 - V Escolas que adotam sistemas educacionais rígidos tornam-se limitadas no alcance da diversidade existente entre os alunos, de modo a contribuir com a produção do fracasso escolar daqueles que não se adequam à padronização institucional.

Estão corretas as afirmações

- (A) I, II e IV.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, III e IV.
- 47 Conforme descrito no Manual de Psicologia Escolar e Educacional do Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo escolar deve colaborar em atividades organizacionais. Algumas práticas profissionais podem ser derivadas desta proposição. Identifique quais das práticas listadas abaixo são condizentes com a atuação do psicólogo escolar.
- (A) Participação em processos de seleção de profissional; mediação de conflitos; apoio a programas de qualidade de vida no trabalho.
 - (B) Realização de pesquisas de clima organizacional; apoio a programas de qualidade de vida no trabalho; análise de desempenho.
 - (C) Análise de desempenho; participação em processos de seleção de profissional; coordenação de eventos de treinamento e desenvolvimento de pessoal.
 - (D) Mediação de conflitos; realização de pesquisas de clima organizacional; coordenação de eventos de treinamento e desenvolvimento de pessoal.
 - (E) Coordenação de eventos de treinamento e desenvolvimento de pessoal; realização de pesquisas de clima organizacional; análise de desempenho.



- 48 Em publicação recente, Lereya e colaboradores (2015) apresentam dois estudos – um desenvolvido nos Estados Unidos e outro na Inglaterra – que levaram à identificação de efeitos do *bullying* sofrido na infância sobre a saúde mental do adulto que podem ser mais danosos do que os da negligência e do abuso infantil. Este dado vem corroborar discussões prévias sobre a importância das relações interpessoais sobre o desenvolvimento emocional e cognitivo. Identifique, nas afirmações abaixo, possíveis formas de intervenção do psicólogo escolar ante interações sociais violentas.
- I Identificação de indivíduos agressores e aplicação de sanções disciplinares elaboradas pela administração escolar com finalidade inibitória deste tipo de interação.
 - II Desenvolvimento de habilidades de mediação de conflitos e promoção da empatia, favorecendo a responsabilização de todos pela construção de um ambiente harmônico.
 - III Acompanhamento psicoterapêutico dos alunos alvos, de modo a fornecer o devido suporte emocional e promover o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento da violência.
 - IV Orientação a pais e docentes para a identificação de sinais de que o aluno está sendo alvo de violência, instrumentalizando-os quanto a como lidar com as situações identificadas.
 - V Acompanhamento individualizado tanto de alunos alvos quanto de agressores para avaliação das origens e dos impactos dos eventos ocorridos, podendo encaminhá-los para profissionais externos, quando cabível.

São corretas as formas de intervenção descritas em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

49 Diversos autores, ao longo da história, têm discutido a importância da relação professor-aluno e destacado a afetividade como um elemento importante desse processo. Na última década, têm-se desenvolvido pesquisas que demonstram que as habilidades sociais do professor são um componente fundamental para o sucesso da aprendizagem. Considerando a afirmativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Um professor socialmente habilidoso possui um melhor manejo de classe, pode ser um importante modelo de padrões pró-sociais dos alunos e tende a construir um ambiente harmonioso para a condução das tarefas escolares.
- (B) Afetividade no contexto de sala de aula implica a substituição de práticas como o estabelecimento de regras por uma maior vivência das experiências emocionais.
- (C) Professores com habilidades sociais bem desenvolvidas são melhor avaliados em função da amizade e da parceria estabelecidas com o corpo discente, mesmo suas práticas não impactando a aprendizagem.
- (D) Negociar as regras que regerão o funcionamento da classe e primar pelo cumprimento destas é uma prática rígida e defasada, adotada por professores com dificuldades no manejo das relações sociais.
- (E) Professores afetuosos tendem a ser menos rigorosos, de modo que são bem sucedidos quanto à satisfação e à participação dos alunos, mas tendem a apresentar piores resultados acadêmicos.

50 Em 2009, foi publicada pesquisa da UFRJ segundo a qual 68% dos alunos participantes eram contrários à implementação de cotas raciais na universidade – apesar de 66% da amostra poder se beneficiar da política. Quando a política de cotas nas universidades federais foi aprovada no Senado Federal, houve diversas manifestações pelo país, como a ocorrida em Goiânia em 2012.

Esta contextualização permite a reflexão sobre um dos desafios à execução de ações afirmativas: a receptividade da comunidade escolar. Como pode o psicólogo contribuir, de maneira ética, com o enfrentamento deste desafio?

- (A) Fornecendo suporte emocional para alunos cotistas que se identifiquem como vítimas de preconceito, de modo a focar a atuação sobre a população diretamente afetada pela implementação das ações afirmativas.
- (B) Combatendo a implementação de políticas afirmativas, junto às instâncias superiores, favorecendo a harmonia institucional.
- (C) Desenvolvendo regime disciplinar específico para penalizar manifestações contrárias às ações afirmativas nas universidades, de modo a garantir a expressão de posicionamentos favoráveis às cotas.
- (D) Propondo estratégias que favoreçam a não-identificação dos alunos cotistas, bem como evitar destaques ao tema, diminuindo o potencial de polemização.
- (E) Estimulando o debate crítico, abrangendo toda a comunidade escolar e facilitando o desenvolvimento da empatia e do respeito às diferenças.